

COLEÇÃO

vol. 3/Ano 1
novembro - dezembro

FICHÁRIO D@ EDUCADOR AMBIENTAL

TEXTOS PARA SE PENSAR A EA

- Apontamentos em Saúde Pública, Educação Ambiental, Saneamento e Saúde

PÁG. 3

COLETIVOS EDUCADORES

- Da teoria à prática, no Coletivo Educador do Seridó

PÁG. 7

SALAS VERDES

- Buriti
- Unifor
- Manuel Ribeiro Pontes Filho

PÁG. 11

COLETIVOS JOVENS E COM-VIDAS

- Sala Verde Projeto Velho Chico - Uma lição de vida

PÁG. 17

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- O que vamos comemorar no próximo Dia Mundial do Meio Ambiente?

PÁG. 19

EDUCOMUNICAÇÃO

- Mudanças Climáticas e leitura crítica na educação

PÁG. 23

AGENDA DA EA

- Eventos e Cursos para @ Educador Ambiental

PÁG. 25

INDICA-SE

- Livros e Publicações voltados à Educação Ambiental

PÁG. 31

CADASTRE-SE

Caso tenha interesse em receber em seu endereço eletrônico este material, envie um e-mail para educambiental@mma.gov.br com o assunto: recebimento Coleciona: fichário do EA, ou através de nossa página na internet.

COLABORE

O recebimento dos textos é um fluxo contínuo, isto é, não há prazos para o envio dos mesmos.

DICAS PARA O ENVIO: Os textos devem ter no máximo quatro páginas.

Caso haja a necessidade de alterar o tamanho do documento ou o conteúdo, o autor será notificado e a publicação se dará mediante aprovação do mesmo.

OPINE

Envie sua opinião sobre o conteúdo e o formato deste material para educambiental@mma.gov.br, com o assunto: opinião Coleciona: fichário do EA. Se possível nos comunique sobre seu envolvimento com atividades de Educação Ambiental.

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.

Fica autorizada a publicação total ou parcial do conteúdo deste fichário, desde que citada a fonte.

O conteúdo dos eventos e cursos são de inteira responsabilidade de seus organizadores/coordenadores.

Apontamentos em Saúde Pública, Educação Ambiental, Saneamento e Saúde

Claiton Adilson de Godoi Santos *

O século XXI inicia-se em meio a uma grave crise socioambiental que promete agravar-se caso mantenham-se as tendências de degradação do ambiente. Essa crise tem demonstrado que, mais do que uma questão ecológica – econômica e social, ela está enraizada na cultura, na conduta, nos modelos consumistas de sujeitos forjados pelo capitalismo, e nas formas de pensamento de toda a sociedade mundial.

Dessa forma, a solução não poderá estar inserida apenas na gestão dos recursos naturais e econômicos. Ela requer um sentido para a sua aplicação mais ampla e consolidada do que esse mero conceito, isto é, o amadurecimento da humanidade por meio da educação e conseqüente conscientização individual e coletiva para permear e alcançar uma mudança de paradigma e também nos padrões de consumo.

Para Freire (2000), consciência é o que define o homem, o que lhe confere dignidade e liberdade. A consciência, condicionada, porém, pelas relações sociais e pelas relações materiais, é a base para a ação política transformadora. É na prática social que o sujeito toma consciência de si; é na reflexão sobre sua prática que, consciente dos condicionantes sociais desta, o homem se organiza em função da construção de outra situação no mundo para si e para a coletividade.

Desse modo, a educação deve produzir seu próprio giro copernicano, tentando formar as gerações atuais não somente para aceitar a incerteza e o futuro, mas para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à biodiversidade, à possibilidade de construir e reconstruir em um processo contínuo de novas leituras e interpretações já do pensado, configurando possibilidades de ação naquilo que há por se pensar (Leff 2000, p.382).

Muito mais do que uma educação com uma porção de adjetivos, como: Educação Ambiental, Educação Socioambiental, Educação para o Desenvolvimento Sustentável; precisamos de uma Educação para a verdadeira existência humana.

Conforme Carvalho (2001), "... A maior contribuição da Educação Ambiental estaria no fortalecimento de uma ética socioambiental que incorpore valores políticos emancipatórios e que, junto com outras forças que integram o projeto de uma cidadania democrática, reforce a construção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável".

A Educação Ambiental deve estar diretamente envolvida na atenção e assistência à vida humana. Não se trata de preservar a natureza, uma vez que, seres humanos passam fome, crianças adoecem por doenças evitáveis e milhões de vidas humanas vivem sem dignidade.

É preciso uma Educação Ambiental mais convincente, que esteja inserida nos movimentos sociais que lutam por uma vida mais digna, para que todos tenham acesso ao saneamento básico, a uma educação de qualidade, ao trabalho, a moradia, à cultura, ou seja, pelo atendimento básico que deve ser dado a cada cidadão neste mundo.

Por esse contexto, a Educação Ambiental tem um sentido fundamentalmente político, mostrando o seu verdadeiro foco direto, a transformação da sociedade no presente, com o olhar no futuro, com o objetivo de formar cidadãos críticos, transformadores e que tenham a consciência da sua parcela de responsabilidade socioambiental.

A escola sofreu grandes transformações históricas e políticas, especialmente nas últimas décadas, assumindo a configuração de uma “concepção dialética da instituição escolar.” Essa concepção se preocupa com a valorização do espaço da instituição escolar.

“... houve um momento na minha vida de educador em que eu não falava sobre política e educação. Foi meu momento mais ingênuo. Houve outro momento em que comecei a falar sobre os aspectos políticos da educação. Esse foi um momento menos ingênuo, quando escrevi a Pedagogia do oprimido (1970). No segundo momento, entretanto, eu ainda pensava que a educação não era política, mas que só tinha um aspecto político. Agora eu digo que, para mim, a educação é política. Hoje, digo, que a educação tem a qualidade de ser política, o que modela o processo de aprendizagem. A educação é política e a política tem educabilidade” (FREIRE e SHOR, 1986, p. 75-76).

De acordo com Freire (1986), o papel da escola sofre influência após Marx e particularmente Gramsci, em especial, transformações históricas e políticas, da forma como o autor menciona na citação acima, assumindo o caráter e a configuração de “concepção dialética da instituição escolar”. A questão política aparece no trajeto profissional e constantemente no caminho do escritor, permeando, influenciando e evoluindo na sua forma de lidar com a educação, assim como podemos observar de forma simplificada na citação anterior.

A Educação Ambiental aplicada com a visão política visa ao exercício da cidadania para uma ação transformadora. Essa educação deve provocar mudanças, mesmo que inconscientes, e elas devem vir de dentro para fora. Logo, se diz que: “educação é a transformação do sujeito que ao transformar-se, transforma o seu entorno” (OPS – La administración estratégica, 1995, p.35-45).

O educador deverá trazer a realidade local, regional e nacional e global para trabalhar com a teoria e a prática em sala de aula, apresentar os devidos problemas, levantar soluções e possibilitar uma reflexão crítica sobre o assunto.

De acordo com Freire (apud Serbino et al. 1998), é importante teorizar a prática e construir a teoria, procurando articular teoria e prática, o saber e o fazer, o ensino e a pesquisa. Somente assim, a educação poderá assumir um papel ativo na aprendizagem coletiva e na potencialidade do desenvolvimento do conhecimento. “A Educação é Ambiental ou não é, no sentido de permitir conduzir-nos para uma nova sociedade sustentável e na medida humana” (LUSSI, 2000, p. 92-158).

Se a Educação Ambiental não incluir a complexidade dos problemas ambientais de uma forma generalista, como o saneamento básico, o processo produtivo das empresas, o fator social e econômico; como uma característica do processo educativo, tratado de forma interdisciplinar; a educação, de fato, ela não será tratada como educação, pois não cumpriria o seu papel da troca de saberes.

Em meados da década de 1970, os canadenses propuseram um novo conceito no campo da saúde. A insatisfação das condições de vida e saúde da população mundial; e, a ênfase do modelo biomédico, que considerava apenas as explicações, a etiologia das doenças, os diagnósticos clínicos e os prognósticos, numa concepção mecanicista e reducionista, não atendendo, às necessidades reais da população.

Freire (2000) trata do diálogo como sendo um privilegiado para a reflexão e para a tomada de consciência social e política. “A relação diagonal, eminentemente intersubjetiva, assegura a realização humana e exclui as relações de dominação, sendo à base da construção da liberdade”. O homem só existe, em sentido pleno, como sujeito que se relaciona com outros sujeitos. O sentido de liberdade está em colocar a serviço da prática social criativa e transformadora, em superar os condicionantes sociais da consciência humana.

Atualmente, é mais visível a relação meio ambiente, atividade humana e saúde, e Educação Ambiental com aliança integradora do processo, especialmente nas grandes cidades, devido ao fato de toda essa ação afetar diretamente na qualidade de vida, e, sobretudo a saúde.

Quando a situação socioeconômica interfere no meio ambiente, ocasionalmente afeta a qualidade de vida e a saúde de forma geral. Sendo assim, não podemos esquecer de atender, na luz da Educação Ambiental, às necessidades básicas de saúde relacionadas com ações preventivas de Educação Ambiental.

Bifani (1997) expõe que a sociedade rica explora ao máximo a natureza para satisfazer às necessidades luxuosas ou supérfluas, enquanto os mais necessitados a deterioram para prover-se com o mínimo requerido para a subsistência.

O PNUD (1999) destaca que o objetivo da globalização do novo século não está em deter a expansão dos mercados, mas em gerar uma globalização com ética; equidade; justiça aos direitos humanos, com menos violações; com a inclusão social, menos desigualdades entre as nações; e redução da destruição ambiental, com desenvolvimento social, ambiental e econômico.

Para Luzzi, o século XXI começa com uma crescente tensão socioambiental: o Consumo, a Degradação Ambiental e a Pobreza.

As políticas públicas insuficientes associadas a fatores socioeconômicos, como a falta de saneamento básico, os baixos salários, a falta de moradia, o desemprego, entre outros, levam à má qualidade de vida.

É preciso investimento público para diminuir o caos da saúde pública sob todos os aspectos, ações maciças e educativas em Educação Ambiental que engajem a população, a fim de transformá-los em cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres nas questões ambientais, e também nas demais questões, no que diz respeito a fatores sociais, econômicos e políticos.

Por toda essa problemática social, ambiental, educacional e econômica é que pequenas ações como o Projeto de Educação Ambiental Integrada, de ensino básico e fundamental, no colégio São Lucas, Niterói-RJ, são tão importantes. O foco principal é formar educadores que possam dar continuidade a ação iniciada, trabalhando intensamente e de forma criativa, dinâmica, diversificada e instrutiva para formar futuros cidadãos com bom senso, postura ética e crítica, responsabilidade socioeconômica e ambiental para decidirem e resolverem sobre as muitas questões sob a luz do planeta, que hoje procuram respostas e que ainda estão para serem perguntadas.

Dessa forma, estamos agindo na localidade e estimulando as crianças a participarem, entenderem, preservarem e descobrirem novas maneiras de conviverem harmoniosamente com a sua cidade ou mais precisamente o seu bairro; sem perder de vista o escopo dos problemas regionais, nacionais e internacionais, que atingem diretamente ou indiretamente o seu habitat.

Assim sendo, é insuficiente tomar apenas a escola como espaço de luta contra a hegemonia e valores socioeconômicos com separação de classes, desprezando outras instâncias sociais para a realização do exercício de cidadania.

“Devemos ser muito mais, mas muito críticos, cada vez que falarmos na educação emancipadora², educação libertadora ou libertadora. Devemos sempre repetir que, com essas expressões, não podemos dizer que, na intimidade de um seminário, estamos transformando as estruturas da sociedade. Isto é, a educação libertadora é uma das coisas que devemos fazer, junto com outras, para transformar realidade. Devemos evitar que nos interpretem como se estivéssemos pensando que deveríamos primeiro educar as pessoas para serem livres, para depois podermos transformar a realidade. Não. Devemos, o quanto possível, fazer as duas coisas simultaneamente. Por isso, devemos estar engajados na ação política contra o sexismo, contra o capitalismo e contra as estruturas desumanas de produção (...) Quem acredita na mudança da realidade tem que realizar a transformação” (FREIRE e SHOR, 1986, p. 199-200).

Freire se expressa com clareza a relação entre o subsistema escolar e o sistema social, dirime qualquer dúvida quanto à hegemonia atuando contra, no espaço da escola formal em sua obra. Cabe aos professores que tenham o sonho político de um ensino emancipador, libertador ou liberador, a tarefa de atuar contra a reprodução da ideologia dominante. Ocupar o espaço escolar das instituições para revelar a realidade que ainda continua sendo ocultada pela ideologia da classe dominante.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação – cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP.

FREIRE, P. e SHOR, I. *Medo e ousadia – o cotidiano do professor*. Trad. de Adriana Lopes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. *Curso de Gestão Ambiental*. Ed. Barueri, SP: Manole, 2004. Coleção Ambiental-1.

PHILIPPI JR., Arlindo e PELICIONI, Maria Cecília Focesi. *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. Ed. Barueri, SP; Manole, 2005. Coleção Ambiental - 3.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Educação Ambiental, Abordagens Múltiplas*. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do desenvolvimento humano*. Brasília, DF: Lisboa Trinova, 1999.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental Sustentabilidade Racionalidade Complexidade Poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. *Desigualdade social e dualidade escolar: conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. *Manual de saneamento*. 3. ed. Brasília, DF: 2006.

Kant (1787), em sua primeira crítica, indaga os limites do conhecimento humano, e encontra como resposta a razão humana finita, limitada e incapaz de ter acesso as questões da alma, Deus e a liberdade. Destarte, operou o que chamou de revolução copernicana (giro copernicano), uma vez que, assim como Copérnico, Kant inverteu o que parecia ser a ordem natural: não mais o sujeito deveria girar em torno do objeto, mas ocorreria justamente o contrário. Haveria ainda uma diferença entre o objeto e o quê, de fato, é percebido por nossa sensibilidade, que chamou de fenômeno. Dessa forma entendimento e sensibilidade estão interligados. Kant demonstra que os objetos se conformam à mente: no conhecimento não é a mente que se conforma com as coisas, mas as coisas que se conformam com a mente. (QUINAUD, 2008, p. 1).

2 Educação emancipadora, educação libertadora ou liberadora, significa ser uma educação que desenvolva no aluno o compromisso consigo mesmo e com o social, valorizando e explorando o conhecimento adquirido pelo aluno, permitindo que ele reflita e tenha as suas próprias conclusões. O educador deve despertar no educando um diálogo constante na disciplina, e que os educandos exercitem desde cedo a escolha dos seus caminhos, despertando para o exercício da cidadania. Na educação libertadora os alunos e os professores são vistos como construtores de um processo de ensino-aprendizagem, onde os dois cooperam para o aprendizado mútuo, como agentes e ativos. Ainda nessa modalidade de ensino-aprendizagem, os aluno e professores estabelecem uma relação de troca de experiência, onde o educador também é educando, e o educando também é educador.

* Claiton Adilson de Godoi Santos é agente federal na fiscalização da poluição das águas da Baía de Guanabara e do seu entorno; graduando em Gestão Ambiental pela Unipli - RJ e coordenador do projeto em Educação Ambiental no Colégio São Lucas, Niterói-RJ. claitongodoi@gmail.com

Educomunicação Socioambiental

Da teoria à prática, no Coletivo Educador do Seridó

Marígia Tertuliano¹, Maria Auxiliadora P. Marques²,
Maria das Graças Faro³ e Musset Azevedo⁴

O Coletivo Educador do Seridó e a construção do Projeto Político Pedagógico

O desenvolvimento sustentável levanta questões como a concentração de riqueza que leva às grandes desigualdades sociais entre os países e no interior deles; uma matriz de energia mundial baseada no petróleo, fóssil, finito e poluidor; a utilização irracional de recursos naturais, como a água; a extração de minérios, a urbanização descontrolada; e a industrialização, descomprometida com processos limpos de produção.

O meio ambiente continua a ser deteriorado e significativos problemas ambientais permanecem embutidos na estrutura sócio-econômica de diversos países e nos métodos adotados por grande parte do setor empresarial mundial.

No caso da área do Coletivo Educador, a Microrregião do Seridó, a instalação de várias atividades e empreendimentos, ao longo dos anos, como à atividade agropastoril, as olarias, as técnicas inadequadas de irrigação, a mineração e o uso intensivo do solo, vêm promovendo sua degradação e gerando núcleos de desertificação. Em virtude da permanência dos fatores que contribuem para o surgimento desse fenômeno, às margens dos mananciais da bacia hidrográfica - Piranhas-Açu -, bem como os efeitos do processo de desertificação, detectam-se problemas nesse corpo d'água, e que se agravam a cada dia, em virtude do crescimento das atividades econômicas pautadas em um modelo de desenvolvimento que não tem como eixo norteador as boas práticas ambientais.

A criação do Coletivo Educador para Territórios Sustentáveis da Microrregião do Seridó teve como objetivo promover a articulação de políticas públicas considerando: reflexões críticas, aprofundamento conceitual, instrumentalização para ação, proatividade dos seus participantes e articulação institucional, visando à continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo permanente em toda a microrregião do Seridó Ocidental, com enfoque nos municípios de Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânea, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas, Bodó, Cerro Corá e São Tomé.

As ações de educação ambiental, desse Coletivo são voltadas para redução gradativa dos focos de desertificação, para a preservação, recuperação e manutenção da microrregião e orientam-se por três eixos pedagógicos indissociáveis: *“a intervenção socioeducacional como práxis pedagógica, o estabelecimento de comunidades interpretativas e de aprendizagem e o acesso autogerido a cardápios de conteúdos e instrumentos pertinentes à problemática socioambiental de cada contexto”*. SORRENTINO et AL (2005).

O Coletivo Educador é representado pelas seguintes Instituições e públicos, respectivamente: Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Estado do RN - IDEMA, como proponente e como parceiros: a Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Ocidental - AMSO, que através da articulação e difusão do processo de enraizamento do Coletivo, mobilizará gestores municipais, assim como o IDEMA; a Secretaria de Estado, do Trabalho, Habilitação e Assistência Social/Programa Desenvolvimento Solidário, com as Associações Comunitárias e Conselhos de FUMAC; a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio a Reforma Agrária - SEARA, com os Assentados Rurais; a Universidade Potiguar - UnP propiciará a certificação dos educadores e tem como público as associações dos meios de hospedagem da região; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI agirá na mobilização dos empreendedores do Território, a exemplo das olarias; a Sala Verde Prefeito

José Dantas de Araújo, com o espaço de formação e documentação ambiental; a Rádio Acarí, e a Agência de Desenvolvimento do Seridó - ADESE, valendo-se da sua articulação com as Organizações Não Governamentais e os Movimentos Sociais, trabalhará com seus associados.

Dessa maneira, corroboramos com o MMA (2005, p. 60) quando afirma:

“Os Coletivos Educadores favorecem a continuidade e permanência dos processos educacionais, a consistência e adequação das propostas de formação, a otimização de recursos locais, regionais e federais, a ampliação das cargas horárias de formação, a articulação de programas e projetos de desenvolvimento territorial sustentável, por processos amplos, continuados e que perpassam todo o tecido social dependendo de uma conjunção de recursos e competências que não se encontra em uma única instituição”.

Assim o Coletivo Educador se constitui um espaço de debates, visando superar lacunas e dificuldades através de ações que potencializem as qualidades e capacidades de cada Instituição possibilitando processos de educação permanentes, articulados e continuados.

O Projeto Político Pedagógico – PPP

A construção do Projeto Político Pedagógico ocorreu no decorrer do ano de 2007, tendo como base oficinas realizadas nos diferentes municípios da região.

O trabalho realizado revelou-se muito rico e proporcionou atividades em diferentes áreas, demonstrando a potencialidade de uma ação coletiva, o que em médio prazo fará com que a comunidade aproprie-se do conhecimento construído e utilize este para minimizar os problemas ambientais existentes nos 24 municípios integrantes do Coletivo, os quais foram escolhidos dentre os que integram a bacia Piranhas-Açu, em virtude de serem classificados como “grave” e “muito grave”, em relação ao processo de desertificação, conforme dados do IDEMA (2006).

O processo de difusão do conhecimento também será conseguido a partir do aprimoramento do processo de comunicação, que no entendimento do Coletivo Educador, só será alcançado com a construção de um programa de educomunicação socioambiental, pautado na realidade local, que defina diretrizes claras e utilize os canais de comunicação existentes na região, bem como dos atores que constituem esses canais, fazendo com que a Política Nacional de Educação Ambiental, no eixo comunicação e meio ambiente, seja apropriada pela comunidade onde está localizado o Coletivo.

A Construção do Programa de Educomunicação do Coletivo Seridó

A necessidade da construção do Programa de Educomunicação do Coletivo Educador do Seridó surgiu como forma de mobilizar a população para as questões ambientais, através das rádios AM, FM e comunitárias; jornais, TV, internet, difusora, poetas e repentistas, numa visão coletiva, com responsabilidade dividida entre governos e a sociedade em geral.

O Programa de Educomunicação tem como objetivo construir estratégias de comunicação com finalidade educacional e de tomada de decisão, envolvendo a produção e distribuição de materiais educacionais, campanhas de educação ambiental e o uso de meios de comunicação de largo alcance.

A cidade de Acari - RN será o local do primeiro contato com os comunicadores, quando na oportunidade será apresentado o Projeto Político Pedagógico do Coletivo e a Proposta Nacional de Educomunicação, que norteará a elaboração da proposta local.

A proposta de construção desse programa surgiu ao longo da construção do PPP onde se percebeu a necessidade de nortear a difusão dessa informação. O ponto de partida foi entender o conceito de educomunicação e o papel dos canais nesse processo, à luz do Programa Nacional de Educomunicação, bem como encontrar o caminho para essa construção.

Apesar do processo de construção do PPP ter sido registrado, exaustivamente pelos veículos de comunicação do Seridó - rádio, jornal e TV, percebeu-se, ao longo do processo, que a fase de implementação do mesmo, deveria ser organizada em outros níveis. As informações deveriam ser trabalhadas para serem apropriadas

pela comunidade e divulgadas. O termo educomunicação deveria ser apropriado pelo Coletivo e trabalhado na formatação de um programa, para o Projeto.

O material acumulado ao longo das oficinas de construção do PPP foi de grande valia para avaliação das ações futuras em relação à comunicação. As matérias foram vistas, analisadas e em seguida definiu-se como seria construída a oficina que daria o norte ao programa.

Assim, segundo SOARES, apud MMA (2005, p.13), entende-se como educomunicação,

[...] a implementação de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral o planejamento, a criação e o desenvolvimento de ecossistemas educativos mediados por processos de comunicação e pelo uso das tecnologias da informação.

[...] Seus objetivos específicos são: promover o acesso democrático à produção e difusão de informação; facilitar a percepção da maneira como o mundo é editado nos meios; facilitar o ensino / aprendizado através do uso criativo dos meios de comunicação (não do ponto de vista instrumentalista, mas partindo da percepção de suas peculiaridades e da importância de democratizar o acesso a eles); e, por fim, promover a expressão comunicativa dos membros da comunidade educativa.

Após o entendimento do conceito, o Coletivo optou por construir um grupo de comunicadores que ajudariam na construção do processo. A posição geográfica dos municípios também foi considerada quando foram definidos os canais de comunicação, pois seu alcance também faria a diferença na obtenção dos resultados esperados. Assim, foram definidos no PPP, os municípios de Caicó, Currais Novos, Ouro Branco, Jucurutu, Jardim do Seridó, Parelhas, Acarí e Jardim de Piranhas, por estes, além de estarem em posições geográficas privilegiadas, também possuem os canais desejados - rádios comunitárias, AM e FM, emissoras de TV, jornais, difusora, cordelistas e acesso a internet.

Entende-se que o programa do Coletivo Seridó atenderá a comunicação, na perspectiva de seu potencial educador, pois ressaltará *“as três qualidades da educação em geral e da educação ambiental: a do testemunho, a da argumentação e a da mobilização”* (MMA, 2005).

Nesse sentido o programa planejará a comunicação do Coletivo Educador através de canais que incentivem a comunidade à ação política, entendida, segundo ARENDT apud CARVALHO (2005, p. 185), como *“a expressão mais acabada da condição humana... [onde] os seres humanos definem-se por esse conviver com seus pares, influenciando no destino do mundo que têm em comum.”*; ao empoderamento do processo de construção coletiva do saber, do pensar e do agir. Para tanto, será construído à luz dos princípios do Programa Nacional de Educomunicação: a) dialogismo e interatividade; b) transversalidade e intermediaticidade; c) encontro e integração; d) proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; e) acessibilidade e democratização.

Considerações Finais

Atuar com a temática ambiental exige olhares mais atentos, além de se constituir num processo de engajamento social, político, cultural e ético. Há inúmeros desafios na atualidade e muitos outros que virão pela frente, o que exigirá de cada cidadão e cidadã maior preparação para o enfrentamento de conjuntura planetária que cada vez mais vem sendo percebida a partir das questões locais. As chamadas gerações do futuro vêm sentindo na pele os efeitos de degradação sócio-ambiental do planeta atual. É no presente que os jovens, mais do que perceber e constatar, podem interferir nesses problemas ou contribuir para a superação.

Nesse sentido, considera-se que a integração do Programa de Educomunicação ao PPP, vem a consolidar a importância da comunicação, como processo educativo e ponto de partida para a construção de territórios sustentáveis e a enaltecimento a interação entre a teoria e a prática.

Logo, estabelecer mecanismos que possam promover a responsabilidade socioambiental é um propósito que está sendo alcançado pelo Coletivo Educador para Territórios Sustentáveis do Seridó.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Isabel C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

FERRARO JÚNIOR, L. A.; AVANZI, Maria R. Projeto Político Pedagógico. Brasília: Mimeo, 2007.

IDEMA. Diretrizes para Política de Controle da Desertificação do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

MACHADO, Eliany Salvatierra. Educomunicação: de movimento popular a ciência. In: COLECIONA, vol.2; Ano I, set - out; 2008.

MMA. Programa Nacional de Educomunicação. Brasília: Mimeo, 2005.

_____. Encontros e Caminhos; Formação de Educadoras (es) ambientais e coletivo educadores/ Luiz Antônio Ferraro Júnior, organizador. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

SORRENTINO, M; TRAJEBER, R.; MENDONÇA, P; FERRARO, L, A, J. Educação ambiental como política pública. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Pesquisado no SCIELO em 21/10/2008.

1 - Marília Tertuliano - mestre em Ciências Sociais, especialista em Gestão de Recursos Hídrico, subcoordenadora de Educação Ambiental do IDEMA/RN e coordenadora do Coletivo Educador do Seridó.

2 - Maria das Garças Faro - socióloga, técnica do IDEMA/RN, especializada em Educação Ambiental.

3 - Maria Auxiliadora P. Marques - economista, técnica do IDEMA/RN, especialista em Educação Ambiental.

4 - Musset Azevedo - jornalista e técnico do IDEMA .

Estação Experimental do Campo

Sala Verde Buriti

Equipe Sala Verde Buriti

O projeto Estação Experimental do Campo, Corumbá/MS, foi concebido originalmente por meio de solicitação da comunidade escolar da Escola Municipal Rural - E.M.R. Monte Azul, na edição Prefeito Presente, realizada no Assentamento Taquaral, no ano de 2005.

A princípio, a escola em questão pleiteava a construção de um minhocário, mas o projeto abarcou outras ações e projetos semelhantes, transformando-se, assim, no atual programa intitulado Estação Experimental do Campo, que deu início às suas atividades em 2006. A Estação está localizada no Assentamento Taquaral, Agro-vila III, ao lado do prédio da AGRAER e, atualmente, atende, além da Escola Municipal Rural Monte Azul, a todas as escolas rurais municipais com suas extensões e, no ano de 2008, às escolas urbanas. Fazem parte do quadro funcional: uma bióloga, um técnico agrícola e dois auxiliares de serviços gerais.

A parte física da Estação Experimental do Campo foi ampliada e reformulada para atender em média a 35 alunos por período, e os parceiros para desenvolverem suas atividades de extensão e pesquisa.

Dentre os projetos desenvolvidos, tem-se a Sala Verde Buriti que utiliza, desde 2006, as dependências da Estação Experimental do Campo. Nesse espaço desenvolvemos temáticas e atividades voltadas para a questão ambiental global e local, já que a nossa clientela atende, na grande maioria, aos assentamentos. Nesse espaço educador, abordamos os temas utilizando a sensibilização como etapa inicial, por meio de músicas, dinâmicas e jogos. Além dessa atividade, pelo menos uma vez no mês, colocamos as crianças em contato com exibições de filmes ou desenhos que tenham relações com as temáticas ambientais, na perspectiva da conservação. Nesse ambiente, ainda desenvolvemos palestras educativas e apoiamos cursos ou iniciativas de parceiros como o SENAR, SEDA (Secretaria Executiva de Desenvolvimento Agropecuário), SEMAC (Secretaria Executiva de Meio Ambiente), IBAMA, Embrapa Pantanal e SEES (Secretaria Executiva de Saúde e o Centro de Controle de Zoonoses). Nesse espaço, são desenvolvidas ainda reuniões da comunidade com representantes de várias entidades que desejam apoiar e participar na promoção de discussões e soluções dos problemas locais do assentamento.

Com o projeto Sala Verde do MMA-DEA, o nosso espaço recebeu kit de materiais, que hoje compõem a nossa mini-biblioteca e que serve de pesquisa para professores e alunos, assim como a equipe que utiliza esse acervo na formulação de atividades e pesquisa, e conta com o apoio de uma bibliotecária.

Nos anos de 2007 e 2008, desenvolvemos o projeto Arte e Reciclagem, que consiste na realização de atividades voltadas para o reaproveitamento e reciclagem de materiais como PET, papelão e caixa de leite, através da sensibilização, da informação e da arte. Nesse projeto, atuam a técnica da SEED – Corumbá/MS e a bióloga da Estação Experimental do Campo.

Com apoio técnico da Embrapa Pantanal e dentro da perspectiva agroecológica, desde 2006, a Estação Experimental – Sala Verde Buriti desenvolve atividades tais como: a implantação de horta orgânica, compostagem e viveiro com plantas nativas, frutíferas e medicinais. Algumas dessas atividades ainda encontram-se em fase de implementação. As atividades da área externa fazem parte da rotina dos alunos durante as visitas que ocorrem todos os dias da semana, com dias determinados e agendados. Para 2008 e 2009, um dos projetos que pretendemos implantar é o minhocultura.

Outra atividade que existe e podemos considerar inédita na área rural é o Laboratório Vivo. Esse espaço faz parte da Estação Experimental do Campo e apóia a todas as atividades desenvolvidas pela Sala Verde. Nesse local, os alunos complementam as aulas de ciências ao desenvolverem atividades práticas dentro do princípio

científico. O laboratório possui equipamentos apropriados para demonstrações, desenvolvimento de experimentos que tenham por finalidade a aprendizagem de conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais, tão necessários para os alunos.

De acordo com avaliação elaborada pela equipe e relatos de docentes e diretores da comunidade escolar, o programa Estação Experimental/Sala Verde Buriti vem alcançando e provocando mudanças positivas na postura dos alunos que a freqüentam e, principalmente, mobilizando a equipe em suas discussões internas a fim de buscar o aperfeiçoamento tanto do cardápio de atividades quanto do projeto político pedagógico da Sala Verde. As discussões internas têm a finalidade de provocar mudanças de atitudes, apropriação de práticas e conhecimentos significativos que possam beneficiar a apropriação do conhecimento da realidade local e global.

Sala Verde Unifor-MG

A Sala Verde do Unifor-MG é o resultado do esforço multiinstitucional à implantação de um centro de informação ambiental, cujos objetivos são democratizar o acesso a informações, materiais e publicações ambientais à população e oferecer atividades diversas de Educação Ambiental, como cursos, palestras, oficinas, vivências, campanhas, dentre outras.

O Projeto é coordenado pela bibliotecária Virgínia Vaz com o auxílio do estagiário Magno José Alves, aluno do curso de Engenharia Ambiental. A importância da Sala Verde justifica-se pela necessidade de maiores investimentos no ensino das Ciências Ambientais, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de novos métodos de aprendizagem, como de novas técnicas de ensino e nova tecnologia para a educação científica. Além dos objetivos já expostos, a Sala Verde do Unifor-MG abre-se como um espaço social com forte papel educativo visando o despertar de vocações científicas e consciência ambiental, atuando na elaboração de programas destinados à apropriação dos conhecimentos científicos nas escolas e a aplicação de tecnologias adaptadas ao meio rural e urbano, visando ao desenvolvimento social e à difusão do conhecimento. Para a comunidade, o papel da Sala Verde é a orientação e estímulo às crianças e adolescentes, extensivo aos seus pais, a conhecer e saber dispor de conhecimentos ambientais produzidos para a solução de seus problemas e da melhoria da qualidade de vida, além de promover na comunidade uma visão sistêmica quanto à importância da formação de cidadãos alfabetizados cientificamente, portanto, mais preparados para exercer a função social da ciência na resolução de problemas, começando pelos presentes na sua vida cotidiana.

Desde sua criação a Sala Verde Unifor desenvolveu, dentre outras, as seguintes atividades:

a) 1º Seminário de Revitalização e Integração da Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco – SF-1 – dias 27 e 28 de março/2007. Esse Seminário nasceu do desejo regional de contribuir com a revitalização do Rio São Francisco, tendo sido realizado pela Sala Verde Unifor em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, através do Programa de Revitalização do São Francisco, com a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e com o Programa Gestão de Conflitos Relacionados à Mineração (GESCOM), com o apoio do Comitê SF1, Codevasf, Louis Dreyfus Commodities, Banco Real e Fundação Educacional, Assistencial e de Proteção ao Meio Ambiente (FEAMA).

Os objetivos principais do Seminário foram apresentar o balanço de ações e perspectivas do Programa de Revitalização do Rio São Francisco, bem como mobilizar os municípios do Pólo Nascentes para a discussão, definição de diretrizes e metas. O Seminário buscou também a realização de ações concretas na região, estabelecimento de parcerias para a obtenção de recursos que viabilizem a revitalização, integração dos municípios da região em torno do tema e a mudança de hábitos da sociedade de forma geral.

Participaram do evento autoridades locais, regionais, estaduais e federais, funcionários e alunos do Centro Universitário de Formiga. No primeiro dia foram ministrados os mini-cursos “Faça Projetos”, com o secretário executivo do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas (PRBH) do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Reis; “Técnicas de Contenção de Processos Erosivos e Revitalização de Matas Ciliares – teoria e prática”, com Zenaido Lima Fonseca; e “Saneamento Ambiental”, com Rafael Azambuja, também do Ministério do Meio Ambiente.

No segundo dia aconteceram os mini-cursos: “Gestão Ambiental”, com o professor Carlos Frederico de Oliveira Muchon, do Unifor-MG; e “Licenciamento Ambiental”, com o assessor jurídico do Conselho de Políticas Ambientais (Copam) de Divinópolis(MG), Wilber Nogueira. Participaram destas oficinas alunos do Unifor-MG, biólogos e representantes de prefeituras e órgãos ambientais.

b) 1º Concurso Fotográfico “Da natureza nada se tira, a não ser fotografia”. Com o tema Árvores, o concurso privilegiou árvore florida, com frutos ou árvore seca, situadas no município de Formiga. Organizado pela Sala Verde Unifor-MG em parceria com a Prefeitura Municipal de Formiga - Sala Verde Coronel Gilberto Freitas, este concurso teve como principais objetivos despertar o interesse para uma Educação Ambiental efetiva entre a sociedade, possibilitar uma reflexão sobre a responsabilidade social e ambiental de cada um, além de intermediar uma maior troca de experiências entre os participantes e demais pessoas envolvidas.

O concurso premiou os cinco primeiros colocados e ofereceu seis menções honrosas aos participantes. As fotos vencedoras ficaram em exposição, por 30 dias, no Museu Municipal, e em seguida, nas duas Salas Verdes de nossa cidade.

c) Lançamento da Coleta Seletiva no Campus do Unifor-MG – Projeto Mudando Nossos Hábitos. O Projeto “Mudando Nossos Hábitos” foi criado e implantado por alunos do curso de Ciências Biológicas, sob a orientação do professor Carlos Frederico de Oliveira Muchon. Na semana de implantação do projeto foi feita intensa divulgação em todo o Campus Universitário, com distribuição de folders orientando e explicando como funciona a coleta seletiva, o que pode e o que não pode ser reciclado. Foram colocados três conjuntos de lixeiras na Praça de Alimentação e área anexa para a coleta seletiva e junto a estas lixeiras foram instalados painéis com orientações. A fim de obter fundos para este Projeto, ainda no primeiro semestre, a Sala Verde realizou uma campanha nos setores administrativos de todo o Campus Universitário do Unifor-MG e conseguiu recolher 2.140 quilos de papel branco e 1.340 quilos de papel misto. Este material foi vendido para uma empresa de reciclagem e gerou fundos para a compra dos conjuntos de lixeiras.

Como preparação para o lançamento da Coleta Seletiva no Campus, todas as salas de aula foram visitadas e os alunos receberam folder com orientações sobre o que pode e o que não pode ser reciclado. Nessas visitas, os alunos envolvidos no projeto falaram também sobre o processo pelo qual passa o material recolhido pela Coleta Seletiva.

d) A Sala Verde Unifor-MG tem oferecido suporte a Projetos de Iniciação Científica desenvolvidos por alunos dos cursos de Direito, Ciências Biológicas e Geografia do Unifor-MG.

e) Buscando levar a Educação Ambiental para toda a comunidade acadêmica do Unifor-MG, estão colocados, no saguão de entrada do prédio 1 e no saguão do prédio 4 do campus, painéis informativos que são reorganizados a cada 15 dias, abordando um tema ligado ao meio ambiente e/ou a Educação Ambiental.

A Sala Verde Unifor-MG fica localizada na Av. Dr. Arnaldo de Senna, 328 – Água Vermelha

Cep: 35570-000 – Formiga – MG

Telefax: (37) 3329-1400 / <http://www.uniformg.edu.br>

E-mail:uniformg@uniformg.edu.br

Sala Verde

Manuel Ribeiro Pontes Filho

Ângela Maria Schossler *

O município de Estrela, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico, foi contemplado com a proposta da Sala Verde Manoel Ribeiro Pontes Filho, no ano de 2005. A Sala Verde foi inaugurada no dia 1º de março de 2006, possuindo um pequeno espaço de 20 m², o que não foi empecilho para que se criasse um espaço de Educação Ambiental. Seus principais objetivos são a democratização das informações ambientais, o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável do cidadão, bem como estabelecer um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. É um local destinado a orientar e conscientizar a comunidade quanto à preservação do meio ambiente, bem como promover o engajamento socioambiental em prol da melhoria da qualidade de vida.

A Sala Verde Manoel Ribeiro Pontes Filho, ao longo desses anos, atende escolas da rede pública e particular, empresas, entidades e demais interessados de Estrela e Vale do Taquari, na qual está inserida. A Sala possibilita a realização de mostras e exposições, palestras e seminários para escolas, entidades e empresas, empréstimo de material didático, saídas a campo, visitas orientadas à Usina de Tratamento de Lixo, formação de grupo de Agentes Mirins de Educação Ambiental, oficina de confecção de papel reciclado, campanhas de sensibilização entre outras atividades. Outra ação é o deslocamento dos educadores para o local onde o público está. Os principais temas abordados são: lixo, coleta seletiva, recursos hídricos, vegetação, área de preservação permanente e fauna, sempre dando ênfase maior à realidade da região.

Neste ano, a Sala Verde teve dois momentos bastante importantes: foi sede do 1º Encontro Gaúcho de Salas Verdes - sendo um passo importante para o enraizamento do projeto e das ações de Educação Ambiental das Salas Verdes no Estado do Rio Grande do Sul - e a transferência da Sala para um local mais amplo, oportunizando um melhor atendimento à comunidade que interage e se beneficia com o projeto.

As principais ações estão voltadas para a formação de Agentes Mirins de Educação Ambiental, a sensibilização da população para a Coleta Seletiva (pois o município possui uma Usina de Tratamento de Lixo), e a disponibilização de materiais através da biblioteca, com acervo multimídia, palestras, encontros e a promoção da Semana do Meio Ambiente. A Sala Verde, desde sua abertura, já recebeu mais de cinco mil visitantes, da educação infantil ao público de pós-graduação. O ambiente é lúdico e propicia o envolvimento com os temas relacionados ao Meio Ambiente.

* Ângela Maria Schossler é coordenadora da Sala Verde Manoel Ribeiro Pontes Filho - Estrela - RS.



Sala Verde Projeto Velho Chico

Uma lição de vida

José Waldson Costa de Andrade *

A Sala Verde do Projeto Velho Chico possui a sua área e atuação no município de Propriá, que localiza-se na Região do Baixo São Francisco Sergipano. A gestão da Sala Verde é realizada pela ONG OSCIP Sociedade de Estudos Múltiplos Ecológicos e Artes (Sociedade Semear) que possibilita a construção de um espaço de formação-ação para a comunidade desta região. Neste espaço realizam-se atividades de formação profissional nas áreas de educação, cultura, arte e meio ambiente, que visa potencializar a mão-de-obra de toda a região do Baixo São Francisco Sergipano, a fim de buscar novas possibilidades de alternativas de renda, capacitação profissional e conhecimento ambiental para os seus colaboradores.

Com o objetivo de potencializar as ações de Educação Ambiental na região, especialmente no município de Propriá, a Sala Verde-Projeto Velho Chico traz dentro dos seus princípios metodológicos a concepção de Educação Ambiental proposta por Isabel Carvalho:

“A EA fomenta sensibilidades afetivas e capacidades cognitivas para uma leitura do mundo do ponto de vista ambiental. Dessa forma, estabelece-se como mediação para múltiplas compreensões da experiência do indivíduo e dos coletivos sociais em suas relações com o ambiente. Esse processo de aprendizagem, por via dessa perspectiva de leitura, dá-se particularmente pela ação do educador como intérprete dos nexos entre sociedade e ambiente e da EA como mediadora na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas diante do mundo” (CARVALHO, 2007).

Dentro desta perspectiva, desde de fevereiro de 2007, foram realizadas diversas atividades com os mais variados focos, onde, através de parcerias com instituições públicas municipais e estaduais, instituições privadas, ONG's e movimentos sociais, realizou-se processos de formação, palestras, atividades de campo e seminários que visaram a utilização dos livros disponíveis na Sala Verde e a divulgação de um espaço de construção, informação e formação socioambiental aberta para a comunidade do Baixo São Francisco Sergipano.

As atividades iniciais basearam-se em ações conjuntas com a Fundação Bradesco, com filial no mesmo município, e a Secretaria Municipal de Educação propondo reflexões sobre o uso da água relacionando com as questões da diminuição do potencial hídrico do Rio São Francisco e a poluição ocasionada pela própria população, através do despejo do esgoto, da pesca predatória e da grande quantidade de lixo despejada. Esta atividade teve como público-alvo jovens dos ensinos fundamental e médio, além de professores e pais de alunos com a perspectiva de trazer os assuntos discutidos para a realidade local e as atividades realizadas na comunidade.

Em virtude deste processo de conscientização e mobilização comunitária surge a demanda de criação de COM-VIDAS nas escolas que, segundo os ministérios do Meio Ambiente e da Educação, diz que:

“A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COM-VIDA- é uma forma de organização na escola, que junta a idéia dos jovens da I Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente com o propósito de criar “Conselhos de Meio Ambiente nas escolas”; para a realização de ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, promovendo o intercâmbio com a escola e a comunidade”

Para a concretização das COM-VIDAS nas escolas, utilizou-se o ambiente da Sala Verde como espaço de formação e informação ambiental para os professores das redes públicas e privadas, a fim de estimular a criação e a ação das comissões nas escolas e comunidades. Algumas ações foram deflagradas, como a criação de uma horta no bairro Maria do Carmo, município de Propriá. Esta atividade realizou-se em uma ação conjunta com a Fundação Bradesco e Secretaria Municipal de Educação, que tem o propósito de ser um espaço de integração comunitária e um local para obtenção de alimentos saudáveis para famílias de baixa renda.

Inicialmente obtiveram-se resultados satisfatórios em algumas escolas e comunidades, mas para permanência das ações percebeu-se a ausência de envolvimento comunitário na continuidade e preservação do local e ausência de uma parceira para o suporte financeiro e técnico.

Em outra parceira realizada com o projeto De Olho no Ambiente, da Petrobras, realizou-se a atividade de formação de 75 jovens de alguns municípios da Região do Baixo São Francisco Sergipano, como Propriá, Nossa Senhora de Lourdes (Povoado Escurial), a Sede Administrativa do município de Santana do São Francisco e o Povoado Saúde. Esta atividade consistia na formação de jovens denominados Agentes Comunitários Ambientais, para a construção de Agenda 21 Local nas respectivas localidades e na aplicação de questionários socioambientais com o propósito de um diagnóstico socioambiental local.

Com o objetivo de buscar novas formas de atuação ambiental e trazer novos parceiros para as atividades da Sala Verde, no mês de maio deste ano iniciou-se um projeto de Formação Socioambiental dos Elos de Base da Rede de Juventude Meio Ambiente (REJUMA) em parceira com o Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Sergipe (CJMA-SE). Este projeto nasce com o objetivo de contribuir com melhoria do pertencimento da identidade juvenil com a questão socioambiental no Baixo São Francisco Sergipano, afim de criar formas e/ou meios de intervenção local e a criação de um Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Baixo São Francisco.

Este projeto consiste em trazer jovens entre 15 e 29 anos de idade para uma atividade de estudos baseada em publicações como o livro Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores, do MMA, Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: Subsídios para a elaboração de políticas públicas, do MEC e MMA, além de leituras da realidade local propostas pelos participantes.

Este projeto objetiva-se em formar 60 jovens para intervir localmente com o estabelecimento de comunicação direta com a REJUMA e a organização estrutural do Coletivo Jovem do Meio Ambiente de Sergipe e a Sala Verde - Projeto Velho Chico. Atualmente, o projeto está em fase de mobilização e sensibilização das entidades juvenis estudantis, comunitárias, de sindicatos e religiosas para que haja a composição de 60 jovens e previsão de início do processo de formação ainda este ano.

Referência Bibliográfica

CARVALHO, Isabel C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. BRASIL. Ministério da Educação & Ministério do Meio Ambiente. Formando COM-VIDA: Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. 2ª ed. Brasília. 2007.

* José Waldson Costa de Andrade é coordenador da Sala Verde Projeto Velho Chico- Sociedade Semear; geógrafo - Coordenador de atividades de Campo do Programa de Educação Ambiental com comunidades costeiras do Estado de Sergipe – PEAC PETROBRAS/Instituto GEMA, técnico participante da elaboração de Agenda 21 comunitária (Projeto De Olho no Ambiente-PETROBRAS); educador ambiental do Projeto Chico Mendes/Prefeitura Municipal de Aracaju; geógrafo - Educador Ambiental do Programa de Educação Ambiental do Gasoduto Catu-Carmópolis- PETROBRAS/ Ambitech Engenharia Ambiental; pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GPEASE- CNPQ/UFS)

O que vamos comemorar no próximo Dia Mundial do Meio Ambiente?

Nilse Rehm *

A fim de despertar uma reação através de uma mensagem dirigida aos participantes deste Congresso, quero deixar a pergunta: O que poderemos comemorar no dia 05 de junho de 2008?

Objetivo: estabelecer a necessidade de tornar a disciplina Educação Ambiental obrigatória nas escolas de ensino fundamental e também através dos meios de comunicação de massa.

Todos conhecemos a definição amplamente adotada de desenvolvimento sustentável exarada no documento intitulado **Nosso Futuro Comum**, publicado em 1987, também conhecido como Relatório Brundtland, qual seja: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 - Eco-92, no Rio de Janeiro, Brasil, esse conceito foi guindado à posição de princípio em que Desenvolvimento Sustentável preceitua o equilíbrio entre proteção ambiental e o desenvolvimento econômico. Tal acertiva serviu de base para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram.

Através da Lei 6.938/81 estabeleceu-se no Brasil a Política Nacional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988 trouxe ao nosso ordenamento jurídico a defesa dos bens coletivos, através da inclusão da redação constante no artigo 225 que preceitua:

Art. 225. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Através de pesquisa de notícias dos jornais e na Internet, percebemos o esforço de cada país para criar leis que possam reverter o quadro catastrófico que é apresentado no que tange ao aquecimento global. Muitos seminários nacionais e internacionais têm sido realizados para debater a questão, mas, ainda assim temos lido dados alarmantes.

O relatório “Mudança Climática 2001: impactos, adaptação e vulnerabilidade”, elaborado pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), um grupo de 700 cientistas comissionados pela ONU concluiu que o aquecimento global trará inundações, a produtividade agrícola cairá, etc.

O mesmo relatório informa que as mudanças, muitas vezes irreversíveis, trarão conseqüências continentais e mundiais no físico do globo e prevê perdas econômicas globais por causa das chamadas catástrofes naturais que aumentaram de cerca de 4 bilhões de dólares por ano, na década de 1950., para 40 bilhões de dólares em 1999. Informa, ainda, que “todas as regiões seguramente sofrerão certos efeitos negativos, em decorrência do aquecimento”.

Há tempos ouvimos falar que os elevados índices de emissão de Dióxido de Carbono provocam o aumento na temperatura terrestre o que trará graves conseqüências ao planeta, pondo em risco a sobrevivência da raça humana.

Segundo as medições da temperatura para épocas anteriores a 1860, desde quando se tem feito o registro das temperaturas em várias áreas de globo, medidas essas que foram feitas através de análise dos anéis de árvores, de sedimentos em lagos e nos gelos, o aumento de 2 a 6 °C que se prevê para os próximos 100 anos

seria maior do que qualquer aumento de temperatura alguma vez registrado desde o aparecimento da civilização humana na Terra..

Desta forma torna-se quase certo que o aumento da temperatura que estamos enfrentando é causado pelo Homem e não se trata de um fenômeno natural.

O que existe em comum entre todas estas mudanças de clima são extinções em massa, por todo o planeta tanto no nível da fauna como da flora. Esta analogia vem reforçar os modelos estabelecidos, nos quais se prevê que tanto os ecossistemas naturais como as comunidades humanas serão postos em perigo.

No Brasil, a relação direta entre economia, sociedade e ambiente ainda se mostra incipiente. A revista Consumidor Moderno e o Instituto GFK Indikator divulgaram pesquisa realizada este ano que apontou que aproximadamente 66% das pessoas colocaram como o fator mais desejado por elas o de que as empresas investissem mais em educação e treinamento. A questão ambiental foi a segunda colocada, mas obteve um índice bastante inferior: cerca de 10%.

A população quer que as empresas invistam em um mundo melhor, mas ainda citam mais ações ligadas à educação do que à questão ambiental.

Panorama da minha cidade:

São Paulo tem 1.522km², nos quais vivem 11 milhões de habitantes. Sua economia representa 10% no PIB do Brasil e caminha a passos largos na direção de assumir caráter de cidade global.

Para tanto, tem buscado diminuir os efeitos colaterais do crescimento, e ainda identificado oportunidades de melhoria e boas práticas que permitirá a colaboração internacional, visando o benefício de todos.

São Paulo ocupa a 19^a colocação no ranking das cidades mais ricas do mundo e, segundo estudo da Price WaterHouse Coopers, deverá crescer 80% nos próximos 15 anos, alcançando a 13^a posição até 2020.

Centro de negócios e serviços onde estão 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil e a sexta maior bolsa de valores, São Paulo tem hoje uma rede médico-hospitalar pública e privada com 1.770 estabelecimentos de saúde, que emprega 45.500 médicos, e está entre as líderes mundiais do setor, tanto em tecnologia, quanto na excelência dos serviços.

Quanto ao transporte a cidade sofre um problema comum a outras grandes metrópoles mundiais: o grande congestionamento de carros em suas principais vias.

Com uma frota de 5.037.418 veículos em 2006, estima-se que São Paulo alcançou uma taxa de motorização de 0,454 veículos por habitante, o que corresponde aproximadamente a um veículo para cada dois habitantes.

O Metrô de São Paulo transporta 2,8 MILHÕES de pessoas por DIA.

Quanto à Educação, a cidade conta com uma rede de mais de 1.350 escolas de ensino fundamental e médio, a maior rede pública municipal do País, com mais de 1.083.000 alunos matriculados (dados de março/2006).

Fonte: Wikipédia

Curiosidades:

- A cidade de São Paulo hoje tem a segunda maior frota de helicópteros do mundo, atrás apenas de Nova York.
- Durante o 10º Congresso Internacional de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo (CIHAT) realizado em 1997 a cidade de São Paulo recebeu o título de “Capital Mundial da Gastronomia” de uma comissão formada por representantes de 43 nações.
- São Paulo é a terceira maior cidade italiana fora da Itália.
- São Paulo é a maior cidade japonesa fora do Japão.

- São Paulo é a maior cidade espanhola fora da Espanha.
- São Paulo é a maior cidade libanesa fora do Líbano.
- São Paulo é a maior cidade portuguesa fora de Portugal.

Fonte: Portal Eletrônico da Prefeitura de São Paulo

O que vem sendo feito?

Sendo uma grande cidade, carece de grandes soluções para seus grandes problemas, mas tem caminhado no sentido de implementar boas práticas, a exemplo do que nos informa matéria publicada no Diário Oficial da Cidade, no dia 08 de agosto próximo passado, da lavra da Sr.^a Mônica Ribeiro, servidora da Assessoria de Comunicação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura:

“Resgatar velhos hábitos, ainda que por motivos diferentes, tem se tornado freqüente nos tempos de hoje. Nossos avós tinham o costume de fechar torneiras, apagar luzes e utilizar sacolas de pano. Esses cuidados eram motivados, em grande parte, por economia de recursos financeiros. Hoje esses hábitos estão sendo retomados por nós por um objetivo muito mais amplo: preservar os recursos naturais e o planeta em que vivemos para as futuras gerações.

A Prefeitura da Cidade de São Paulo lançou, no final do mês de agosto, uma campanha para minimizar o uso de sacolas plásticas na cidade, ao mesmo tempo em que estuda possíveis medidas legais para promover a substituição gradual das sacolas de plástico por material biodegradável. Modelos de sacolas de pano foram criados especialmente para a campanha e poderão ser utilizados por todos os segmentos interessados. A intenção é substituir o uso de sacolas e sacos plásticos em supermercados, livrarias, padarias, lojas e outros estabelecimentos por bolsas próprias, carrinhos, enfim, minimizando o descarte deste material na natureza.

A adesão à campanha pode acontecer de muitas maneiras, desde a adoção de medidas específicas, adequadas ao segmento ao qual a empresa/instituição pertence, até a produção de sacolas de pano. O design das sacolas é cedido gratuitamente pela Secretaria do Verde, bastando ao interessado aplicar também os logos da Secretaria e do Comitê de Mudanças Climáticas ao confeccionar as sacolas. Os interessados podem também participar do desenvolvimento do material de divulgação da campanha e auxiliar na reprodução do material em larga escala. A doação de modelos de sacola também é possível.

Essas iniciativas tomadas por setores públicos e privados da sociedade têm colaborado com a minimização de tão grave problema. Trabalhar no sentido de encontrar formas de produzir sem degradar o meio ambiente tem feito as empresas serem reconhecidas como “ecologicamente corretas”, pois está sedimentado o conceito de que não cabe mais reduzir custos em detrimento ao meio ambiente.

Sabemos que ações mais pujantes, mais agressivas devem ser tomadas, em todos os níveis da atividade humana, para amenizar o problema do desgaste ambiental.

Temos de nos lembrar que os bens naturais, como a água e o ar não são mais gratuitos. A água possui valor econômico e vai se pagar cada vez mais por esse recurso natural. Indústrias com tecnologias avançadas necessitam de áreas com relativa pureza atmosférica para produzirem. Da mesma forma, todos os dias o marketing das imobiliárias vendem junto com o imóvel, o “ar puro” da região.

É preciso criar um sistema de gestão ambiental que seja usado como ferramenta para controlar o nível de desempenho mundial. É preciso criar um planejamento estratégico ambiental para o mundo. E que ele seja implementado, medido, avaliado, melhorado e, mais ainda, adotado por todos.

E individualmente, como temos agido a respeito? Quanto de nosso pensamento diário é gasto com essas questões?

Quanto de nosso trabalho diário reflete a preocupação com o “Nosso Futuro Comum”?

É certo que todos queremos ajudar mas a pergunta que perpassa nossas reflexões a respeito desse assunto é: o que eu posso fazer? Como eu posso ajudar? Sentimo-nos impotentes diante de tão grande problemática.

Podemos começar deixando a reação passiva e nos comprometer com a proatividade.

Devemos nos perguntar: quais práticas diárias devemos ter para não agravar o problema?

Como um pai que alerta os filhos acerca dos perigos que podem advir da atuação irresponsável, o Criador da Natureza nos avisa que é hora de pararmos para pensar, rever nossos valores.

Na verdade, o resultado de pequenas práticas é a soma das soluções...

O ato nosso de cada dia:

Apesar do papel da escola, também devemos perguntar que outros meios podem ser utilizados para nos ensinar.

E temos meios de comunicação muito eficazes e influenciáveis, como, por exemplo, as emissoras de televisão e rádio. Pequenas ações de grande valia poderiam ser ensinadas através da programação diária.

Através da criação de campanhas publicitárias poderiam ser ensinadas muitas práticas favoráveis à proteção do nosso Planeta.

Sabemos que tarefas mínimas como reduzir um pouco a temperatura do aquecedor dentro de casa ajuda e muito a diminuir a emissão de carbono.

Precisamos usar os grandes veículos de comunicação para mudar a cultura que se instalou a respeito do lixo, que deveria ser classificado como um insumo que cumpriu o seu papel de utilização em um ciclo e que deve ser reaproveitado em outro.

Quem sabe, uma dessas campanhas publicitárias poderia ser produzida em português e espanhol e ser transmitida para os países representados no presente Congresso, o que serviria de exemplo e motivação para a adesão de mais países a esse projeto?

E eu?

Pode ser que estejamos cansados de ouvir falar que os recursos vão acabar. O problema será nosso? Ou só as próximas gerações não terão o que comer? A decisão é nossa. Podemos sair desse Congresso com uma tarefa de reflexão:

Qual nosso grau de comprometimento com a redução do consumo de água, energia elétrica e insumos? Reciclamos nosso lixo?

Conhecemos os programas ambientais da nossa cidade, do nosso país?

Com que frequência fazemos sugestões para melhorar as condições ambientais de nossa comunidade, de nossa vizinhança?

Quanto estamos dispostos a ajudar nestas questões?

Somos parte do problema ou parte da solução?

Artigo apresentado no I Seminário de Educação Ambiental dos Países Lusófonos

* Nilse Maria Costa Camillo Rehm é graduada em Letras, especialista em Gestão Pública e mestranda em Gestão e Auditoria Ambiental. Coordenadora Adjunta do Escritório da Qualidade do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Mudanças Climáticas e leitura crítica na educomunicação

Débora Menezes *

Certamente se você presta atenção, percebeu que nos últimos dois anos o tema mudanças climáticas não saiu dos jornais e da TV. Mas você já parou para pensar como a mídia está mostrando esse tema?

Essa é a proposta da pesquisa Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira, produzida pela Agência de Notícia dos Direitos da Infância (Andi), uma ong que oferece diversos estudos interessantes apontando como a imprensa aborda assuntos que afetam a vida da criança e do adolescente no Brasil.

A pesquisa traz uma análise de 50 jornais brasileiros, entre julho/2005 a junho/2007. Nesse período, a equipe de pesquisadores avaliou quase mil matérias, entrevistas, artigos e editoriais sobre a abordagem que essas mídias deram ao aquecimento global, efeito estufa, e temas afins. Uma das conclusões mais interessantes: a abordagem do tema Mudanças Climáticas, na maioria das vezes, é alarmista, salientando as consequências negativas do aumento das temperaturas na Terra, por exemplo, deixando de lado a oportunidade de debater as causas e as soluções desse fenômeno.

É preciso avançar, alerta o documento, e relacionar o tema Mudanças Climáticas a questões como o desenvolvimento e as políticas públicas que deveriam interferir na busca de soluções para a questão. Catastrofismo vende jornal? É o pensamento comum, mas a imprensa precisa ir além disso e contextualizar melhor a questão. Afinal, educadores e estudantes se alimentam de jornais, revistas e programas na TV para se informar sobre o tema.

Uma proposta educacional de trabalhar o tema Mudanças Climáticas na sala de aula e mesmo nos projetos de educação ambiental não formal é avançar na leitura de jornais, revistas e sites, e propôr aos alunos uma análise em pequena escala, durante um determinado período, do que saiu sobre o tema na imprensa. E posteriormente organizar os alunos, por exemplo, para escreverem um boletim ou um folheto sobre a questão, a fim de orientar a comunidade sobre a importância de se conhecer e discutir sobre as MCs. Além de desenvolver a atenção e as habilidades de leitura e escrita, o tema vai se aproximar da realidade dos estudantes.

O coordenador da pesquisa da Andi, Guilherme Canela, defende que as discussões sobre meio ambiente e cidadania só tem a ganhar quando os educandos questionam as informações da imprensa e se aprofundam na busca de novos contextos para entender temas como as Mudanças Climáticas, o que elas representam no dia-a-dia e o que pode ser feito para diminuir seus impactos negativos. No entanto, ele alerta: vale a pena o professor entender um pouco mais como trabalhar a chamada “educomunicação”, que entre outros trata do assunto “educar através da comunicação”.

Leia Mais: Recepção Cidadã: uma Proposta Metodológica de Leitura Crítica dos Meios.

* Débora Menezes é jornalista e educadora ambiental

Matéria publicada no site: <http://www.midiasocial.rejuma.org.br/>



Eventos

X Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas

TEMA: O Fortalecimento da Gestão Participativa das Águas – 10 anos de Articulação dos Comitês de Bacia no Brasil

LOCAL: Rio de Janeiro - RJ

DATA: 10 a 14 de novembro

REALIZAÇÃO: Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas

INSCRIÇÕES: o cronograma está organizado da seguinte maneira:

Inscrições com apresentação de experiências - 15 de setembro a 15 de outubro

Inscrições sem apresentação de experiências - 15 de setembro a 26 de outubro

Divulgação da lista de trabalhos aceitos - 31 de outubro

Divulgação da lista de expositores - 31 de outubro

Credenciamento - 10 de novembro das 12 as 17 horas

PÚBLICO-ALVO: Comitês de Bacias Hidrográficas tanto de rios de domínio da União e dos Estados

Usuários de Bacias Hidrográficas

Poderes públicos federal, estadual e municipal

Sociedade civil organizada

Centros de pesquisa

Instituições acadêmicas

Consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas

Técnicos e pessoas interessadas no tema recursos hídricos

INFORMAÇÕES: <http://www.rebob.org.br>

I Seminário Brasileiro sobre Arquitetura Sustentável e Mudanças Climáticas - ECOARQ

Acontecendo na Capital Ecológica do Brasil (Curitiba), com o apoio do departamento de Arquitetura da Universidade Positivo, o ECOARQ – I Seminário Brasileiro sobre Arquitetura Sustentável e Mudanças Climáticas, visa fomentar esta discussão, através de como os diversos elementos constitutivos da urbe (edificações, infraestrutura, transportes, parques, etc.) podem colaborar para minimizar o impacto urbano no meio-ambiente, apresentar medidas de adaptação das construções urbanas, face às mudanças climáticas.

ECOARQ é promovido pelo INSTITUTO ECOCLIMA, que tem como principal objetivo contribuir para a mudança de hábitos da sociedade visando à conservação do clima, promovendo a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático, permitindo aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, assegurando que a produção de alimentos não seja ameaçada e garantindo que o desenvolvimento econômico prossiga de maneira sustentável.

LOCAL: Curitiba

DATA: 2 a 14 de novembro

REALIZAÇÃO: Instituto Ecoclima

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: <http://www.ecoclima.org.br>

Conama discutirá Educação Ambiental no setor empresarial e sindical

TEMA: Seminário “Desafios e Perspectivas da Educação Ambiental no Setor Empresarial e Sindical”

LOCAL: Salvador

DATA: 3 a 5 de dezembro

O objetivo do evento é promover um diálogo sobre as ações de Educação Ambiental realizadas pelo setor empresarial e sindical, contribuindo para o fortalecimento e qualificação destas ações, bem como para uma proposta normativa de regulamentação do artigo 3º da Lei 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Esse artigo destaca que, como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo “às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente”.

A iniciativa quer promover, ainda, um diálogo entre os setores, realizar intercâmbio de experiências e colher subsídios para a construção de termo de referência para orientar diretrizes e indicadores para programas de Educação Ambiental, entre outros.

A programação prevê mesas-redondas sobre os temas Responsabilidade Socioambiental, Comunicação e Consumo Sustentável; Educação Ambiental no Licenciamento, Responsabilidade Socioambiental, Comunicação e Consumo Sustentável e Indicadores, Avaliação e Monitoramento dos Programas de Educação Ambiental nas Empresas.

Estão previstos quatro grupos de trabalho sobre Olhares e experiências das empresas no exercício da responsabilidade socioambiental; Olhares e ações para mecanismos de incentivo, financiamento, compensação ambiental e redes de fundos, Deliberações da III Conferência Nacional do Meio Ambiente e Educação Ambiental no licenciamento no âmbito do Sisnama. Também devem ser apresentados estudos de caso e relatos de experiências de empresas brasileiras.

INFORMAÇÕES: <http://www.mma.gov.br/conama>

12ª Jornada Alagoana de Saneamento Ambiental

TEMA: O evento, voltado para a comunidade acadêmica, educadores ambientais, profissionais, técnicos, especialistas e gestores públicos e privados que atuam nas áreas de saneamento e meio ambiente, abrirá espaço para discussão e atualização dos temas e ações na área de saneamento e meio ambiente; incentivo à capacidade de reflexão e o interesse pela participação crítica do público presente; valorização dos trabalhos desenvolvidos em sistemas de ensino, empresas públicas ou privadas, prefeituras, órgãos ambientais e demais instituições que atuam nesta área. Durante a Jornada será realizado o lançamento do Fórum Alagoano de Saneamento.

LOCAL: Auditório do Campus Universitário – UFAL, em Maceió/AL.

DATA: 26 a 28 de novembro

REALIZAÇÃO: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Alagoas (ABES/AL)

INSCRIÇÕES: <http://www.abes.al.org.br> / E-MAIL: jornada.al@hotmail.com.br

END.: Rua Cap. Samuel Lins, 100 - Farol - Tel.: (82) 3221 4070 - Fax.: (82) 3221 3143

Atendimento de segunda à sexta das 14:00h as 18:00h

PÚBLICO-ALVO: comunidade acadêmica, educadores ambientais, profissionais, técnicos, especialistas e gestores públicos e privados que atuam nas áreas de saneamento e meio ambiente.

V Encontro Cultivando Água Boa e Fórum de Águas das Américas

Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata

Eventos:

- 1 -Fórum das Águas das Américas
- 2 -Reunião dos Governadores do Conselho Mundial da Água
- 3 -V Encontro Cultivando Água Boa (V CAB)
- 4 -Encontro do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata e
- 5 -Encontro de Comunicação Socioambiental do Sistema Eletrobrás

1- O Fórum de Águas das Américas consolidará em documento único, para o 5º Fórum Mundial da Água, que terá lugar em Istambul, Turquia, em março de 2009, os encaminhamentos oriundos dos quatro encontros sub-regionais, conforme segue:

- 1.1. América do Norte;
- 1.2. América Central;
- 1.3. Caribe; e
- 1.4. América do Sul.

Nesse contexto, o evento, além do grande número de participantes, contará com a presença de autoridades, especialistas e delegados de todas as Américas, o que propiciará ao Brasil, por meio das instituições públicas relacionadas com a temática, a divulgação das políticas públicas e ações de sustentabilidade em desenvolvimento, principalmente as vinculadas à água, em âmbito nacional e internacional.

Na seqüência do Fórum e do V CAB, ocorrerá a reunião dos Governadores do Conselho Mundial da Água, o que, somado à presença institucional de Agências das Nações Unidas, dará ao evento uma dimensão mundial. Tão auspiciosa participação dá a medida da nossa responsabilidade, como país anfitrião, de propiciar todas as condições para o pleno êxito do Fórum de Águas das Américas, especialmente por parte da Agência Nacional de Águas (ANA), à qual foi atribuída a liderança do evento.

2. O programa socioambiental Cultivando Água Boa, é desenvolvido desde 2003, nos 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (BP3), região de influência da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Estado do Paraná.

O Encontro Cultivando Água Boa é realizado anualmente pela Itaipu e seus parceiros e caracteriza-se pela exposição, compartilhamento e avaliação das práticas sustentáveis promovidas pelo Cultivando Água Boa nos 29 municípios da BP3. Já foram realizadas quatro edições, com a participação de mais de 7 mil pessoas. A quinta edição segue o eixo do Fórum Mundial da Água, com o tema "Superando Divisores de Água", e há a estimativa da participação de mais de três mil atores sociais.

3. O Conselho Mundial da Água é uma entidade criada a partir da visão corporativa de profissionais da área de recursos hídricos, congregados na Associação Internacional de Recursos Hídricos, com forte participação de representantes dos diversos segmentos de mercado e com apoio de agências das Nações Unidas e de países desenvolvidos.

O Conselho foi criado com o propósito de ser um grupo de reflexão (think-tank) sobre política internacional da água, que consideraria a criação de fóruns internacionais de água, usando como modelo o Fórum Econômico de Davos.

Nesse sentido, o Fórum Americano das Águas é considerado uma das iniciativas do próprio Conselho Mundial da Água com o fim de buscar subsídios para o 5º Fórum Mundial, de Istambul.

4. O Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata foi criado a partir de ações transversais decorrentes do programa Cultivando Água Boa, em 2006. Integra os cinco países da Bacia do Prata (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai) em ações conjuntas, especialmente no campo da educação ambiental.

É um espaço de diálogo entre as diversas culturas desses países, unindo conhecimentos científicos, tradicionais e populares. Suas diretrizes têm a água como tema integrador; a bacia do Prata como território operacional; o pensamento ambiental como marco conceitual das ações; a educação ambiental como mobilizadora social; e a construção coletiva de conhecimentos, ações e organização.

O Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, juntamente com o Programa Cultivando Água Boa, em seu quinto encontro anual, são as principais ações que motivaram a Agência Nacional de Águas, responsável pela organização e realização do Fórum no Brasil, a trazê-lo para Foz do Iguaçu.

5. O Encontro de Comunicação Socioambiental do Sistema Eletrobrás objetiva aprimorar a política de Comunicação Socioambiental do Sistema Eletrobrás.

LOCAL: Rafain Palace Hotel, em Foz do Iguaçu, PR

DATA: 23 a 27 de novembro

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: www.cultivandoaguaboa@itaipu.gov.br

4º Encontro de Educadores Ambientais do DF

TEMA: O encontro tem como objetivo a integração e a troca de saberes, visando incorporar valores, pensamentos e transmitir ações em consonância com a preservação do meio ambiente e do bem-estar de todos, bem como superar os desafios que se impõem quando nos dispomos a educar ambientalmente.

LOCAL: No BSGI – Brasil Soka Gakkai Internacional, SGAS 608 Bl. F, em Brasília-DF.

DATA: 6 de novembro

REALIZAÇÃO: Comissão Organizadora do 4º Encontro de Educadores Ambientais do DF

INSCRIÇÕES: <http://www.aspeadf.org.br>

PÚBLICO-ALVO: educadores ambientais

Semana Florestal Brasileira

TEMA: Abraf coordena seis atividades paralelas. Entre os encontros programados está a primeira reunião da Câmara Setorial da Silvicultura fora de Brasília.

Criada no âmbito do Ministério da Agricultura, a Câmara Setorial da Silvicultura realizará, em novembro, seu primeiro encontro fora de Brasília. A terceira reunião para intensificar as discussões em torno do ajuste institucional, que prevê a transferência das decisões sobre o tema silvicultura do Ministério do Meio Ambiente para o da Agricultura, está confirmada para o dia 12 de novembro, em Curitiba, Paraná.

De acordo com Roberto Gava, presidente executivo da Apre (Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal), e um dos organizadores do encontro, silvicultura significa, em outras palavras, agricultura de árvores. “Por esta razão a atividade deve ficar ligada ao Ministério da Agricultura”, afirma. No dia 11, antecedendo a reunião da Câmara Setorial, os seis grupos de trabalho dela derivados terão encontro para consolidar algumas idéias.

Além destas reuniões, a Apre, em conjunto com a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), conduzirá mais quatro atividades. Elas integrarão a programação oficial da Semana Florestal Brasileira, marcada para o período de 10 a 14 de novembro, no Expo Unimed, em Curitiba.

No dia 11 ocorrerá a reunião rotineira do Cedefor (Conselho de Desenvolvimento Sustentado Florestal do Mercosul). Criado há 10 anos o organismo busca a integração dos objetivos das entidades representativas do setor de florestas plantadas dos países que integram o Mercosul. No dia 12 haverá a reunião do conselho diretor da Abraf.

Para o dia 13, das 9h às 12h, está confirmado o encontro semestral do Funcema (Fundo Nacional de Combate à Vespa da Madeira). Na ordem do dia também serão discutidas ações para equacionar os prejuízos que vêm sendo causados pelo macaco-prego e pelo pulgão às florestas plantadas do Sul do Brasil.

No dia 14 ocorrerá o Fórum das Associações de Empresas Florestais. Representantes de entidades do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Mato Grosso estarão reunidos para troca de informações sobre a situação das florestas plantadas de cada estado.

PROGRAME-SE:

10 A 14 de novembro em Curitiba/PR

10 a 12 de novembro: Encontro Brasileiro de Silvicultura

11 a 14 de novembro: Expoforest (Feira Florestal Brasileira)

12 de novembro: 3º Encontro Brasileiro de Prestadores de Serviço do Segmento Florestal

12 e 14 de novembro: XV Seminário de Atualização Sobre Sistemas de Colheita de Madeira e Transporte Florestal

APOIO: Embrapa Florestas

INFORMAÇÕES: www.colheitademadeira.com.br
www.expoforest.com.br

Cursos

III Curso de Agroecologia e Permacultura

TEMA: Agroecologia e permacultura inter e transdisciplinar

LOCAL: Sede do Instituto Anima - Sitio Cristal Dourado - Bairro Campeche - Floripa - SC

DATA: 14, 15 e 16 de Novembro de 2008

REALIZAÇÃO: Instituto Anima de Desenvolvimento e Cultura Sustentável

INSCRIÇÕES: [HTTP://www.institutoanima.org](http://www.institutoanima.org)

Os temas abordados serão:

- As bases fundamentais da agroecologia, da permacultura, sistemas agroflorestais, da agricultura biodinâmica e sua aplicação prática;
- Visita e estudo das nossas hortas orgânicas, herbários, viveiros, mandalas, estufas e irrigação com microaspersão, consórcios com ervas medicinais e policultivos comerciais;
- Pomares consorciados com adubos verdes de verão e de inverno, sistemas agroflorestais tropicais para o litoral sul do Brasil;
- Cultivos orgânicos de grãos e cereais como milho, gergelim, arroz, feijão, favas, abóboras e melancias, cabaças e buchas em policultivos;
- Compostagem, criação de minhocas, galinhas e tamboragem de resíduos;
- Formando viveiros com caixas de leite, sacos de mercados e com saquinhos e tubetes comerciais;
- O que é uma nutrição vital e integral saudável. Oficina de alimentação saudável;
- Vivenciando nossa massagem e processo terapêutico integral;
- Yoga, chacra-terapia e meditação ativa e passiva;
- Pequena oficina de pomadas, óleos de massagem, aromatizador e tinturas;
- Discussão sobre nossa proposta de um Fórum de Agroecologia e de Permacultura para o estado de SC. Apresentamos ao governo estadual, a Petrobras e a Eletrosul.

Publicações

Relatório de Gestão 2007 a Julho de 2008

Documento Técnico nº16



Série: Documentos Técnicos DEA/MMA

Formato: 21x29,5 cm

Páginas: 160p.

Edição: 1ª edição / setembro de 2008

O texto do Relatório estrutura-se de acordo com as três Linhas de Ação, seguindo as orientações para Educação Ambiental no ensino não-formal estabelecidas pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA):

- 1) Linha de Gestão e Institucionalização da Educação Ambiental,
- 2) Linha de Formação de Educadores e Educadoras Ambientais e
- 3) Linha de Comunicação para Educação Ambiental.

As ações e resultados dessas Linhas são organizados em estratégias, respectivamente, nos capítulos 1, 2 e 3 do presente documento.

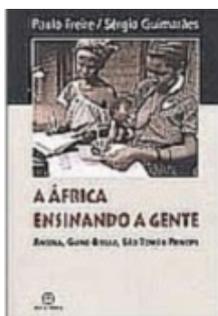
A equipe do DEA deseja uma boa leitura, na perspectiva de se estabelecer um permanente diálogo com as possibilidades de aprimoramento das políticas estruturantes de Educação Ambiental.

Disponível no site do MMA: <http://www.mma.gov.br> ou através do link:

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=2304&idConteudo=4392>

A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 228 páginas



Resumo: Trata-se do último livro escrito por Guimarães com Paulo Freire e, só por isso, valeria a pena lê-lo. Mas os trabalhos aqui reunidos têm qualidade e inquietantes questionamentos (que mesmo quase trinta anos depois ainda são atuais e muito pertinentes). As análises dialogadas de Freire e Guimarães ainda mantêm o vigor e a indignação militante que permitem ao leitor mais implicado perceber a origem de alguns problemas e a repetição de outros. Nessas páginas apaixonadamente escritas, os autores nos conduzem em diferentes tempos a alguns países de língua portuguesa. Além das experiências que tiveram juntos na África, o livro apresenta as reflexões e análises de Guimarães construídas em suas idas e vindas ao continente africano. Parte desta obra foi construída após o falecimento de Paulo Freire. “A África ensinando a gente” é uma obra que está na seqüência de outras parcerias entre os autores: Sobre Educação, volumes I (1982) e II (1984), Pedagogia, diálogo e conflito (com Moacir Gadotti) e Aprendendo com a própria história, volumes I (1987) e II (2000). A África, afirmava Freire, “vai ensinando a gente” e, nesta obra, percebe-se que continua a ensinar. Na era da globalização e do neoliberalismo o aumento da miséria e da violência tem assolado diversos países e os africanos estão na lista dos mais afetados.

GUIA para promoção de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis

GUIA para promoção de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. Brasília: MMA, 2008. 58p. (Caderno técnico).

Resumo: Visa demonstrar o que o Governo Federal possui de estratégias que se somam para atender as expectativas de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Relaciona também programas e ações governamentais que poderão, de maneira articulada, contribuir para vencer o desafio de melhorar a qualidade de vida dessas famílias.

Legislação ambiental básica



BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Legislação ambiental básica. Brasília: MMA, 2008. 327p.

Resumo: Iniciativa da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e tem como principal objetivo a consolidação de atos referentes ao tema ambiental. Engloba aspectos no que diz respeito à Política Nacional do Meio Ambiente, flora e fauna, águas, educação ambiental, crimes e infrações administrativas e ambientais, bem como unidades de conservação, patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado, repartição de benefícios e ainda organismos geneticamente modificados.

Repórter Ecológico - TV do Meio Ambiente

Conheça e participe: <http://www.tvdomeioambiente.com.br>

Com o objetivo de difundir informação e conhecimento para o público em geral e assim semear uma cultura ambientalista na sociedade brasileira, foi criado o Repórter Ecológico – TV do Meio Ambiente.

Utilizando o vídeo como ferramenta didática, o Repórter Ecológico tem como principal projeto a TV do Meio Ambiente. Dentre suas demais atividades, destacam-se a organização de acervo, produção de reportagens e documentários, edição de livros, cartilhas e calendários e a realização de eventos, sempre visando a conscientização ambiental.

A proposta do Repórter Ecológico é mostrar ao público que através de iniciativas como: uso sustentável dos recursos naturais; utilização de tecnologias limpas; implantação de projetos que priorizem a qualidade de vida e do meio ambiente; realização de pesquisas científicas aplicadas; valorização do conhecimento tradicional e da cultura popular; e inclusão social, será possível reverter o quadro atual e recuperar ambientes degradados, reabilitar espécies em extinção, melhorar a qualidade de vida dos homens e preservar a Saúde do Planeta Terra.

O site foi inaugurado, agora com novas atividades:

- Acervo de vídeos
- Reportagem do mês
- Notícias ambientais
- Exposição de fotografias
- Festival on-line de vídeos

Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática



Brasília: UNESCO, 2008. 212 p.

PDF (download) - <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162640POR.pdf>

Distribuição Institucional Gratuita - grupoeditorial@unesco.org.br

Resumo: A Representação da UNESCO no Brasil lança o livro “Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática” buscando contribuir para um aprofundamento do conhecimento sobre o processo histórico e atual de alfabetização e identificar certos elementos que são considerados fundamentais para uma prática ser efetiva – promover a aprendizagem crítica dos sujeitos jovens e adultos. O livro também busca oferecer subsídios para quem é responsável por estruturar ou reorientar com qualidade

políticas e programas de alfabetização de jovens e adultos.

Palavras-chave: alfabetização de adultos; educação de adultos; política educacional; programas educacionais; Brasil.

Educación en prisiones en latinoamérica: derechos, libertad y ciudadanía



Brasília: UNESCO, OEI, Gobierno de España, 2008. 195 p.

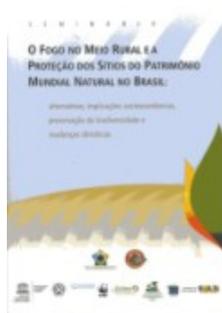
PDF (download) - <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162643S.pdf>

Distribuição Institucional Gratuita - grupoeditorial@unesco.org.br

Resumo: La publicación reúne documentos y artículos de dos importantes eventos: el II Seminario Nacional: consolidación de las directrices para la educación en el sistema penitenciario realizado en Brasilia, en octubre de 2007 y el Encuentro Regional Latinoamericano de Educación en Prisiones, que también realizado en Brasilia, en marzo de 2008. Los textos representan posturas institucionales y los artículos, el intento de investigadores de sistematizar conocimientos y reflexiones sobre la temática de la educación en prisiones.

Palavras-chave: educação correcedora; prisioneiros; educação de adultos; programas educacionais de adultos; America Latina; inclusão social.

Seminário O Fogo no Meio Rural e a Proteção dos Sítios do Patrimônio Mundial Natural no Brasil: alternativas, implicações socioeconômicas, preservação da biodiversidade e mudanças climáticas



Editores: UNESCO, PREVFOGO/IBAMA, 2008.

Como Adquirir: grupoeditorial@unesco.org.br

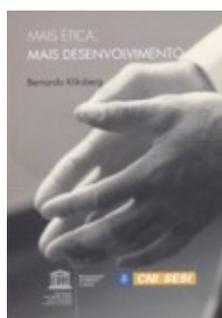
PDF - 110 p. (download) - Distribuição Institucional Gratuita

Resumo: Esta publicação apresenta os resultados do Seminário O Fogo no Meio Rural e a Proteção dos Sítios do Patrimônio Mundial Natural no Brasil: Alternativas, Implicações Socioeconômicas, Preservação da biodiversidade e Mudanças Climáticas, realizado em Foz do Iguaçu, Paraná, de 15 a 19 de abril de 2007, em uma parceria da UNESCO com o Centro Especializado PREVFOGO/IBAMA. O objetivo do Seminário foi congregar os principais grupos sociais e as entidades envolvidas com a gestão dos recursos naturais no meio rural, bem como as instituições preocupadas com o desen-

volvimento de pesquisas científicas e ações que visam à substituição do uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris, representando um esforço conjunto da sociedade brasileira pela preservação de áreas protegidas reconhecidas como Sítios do Patrimônio Mundial.

Palavras-chave: preservação florestal; incêndios; prevenção de desastres; patrimônio natural; conservação de recursos ambientais; conservação da natureza; diversidade biológica; mudança climática; Brasil

Mais ética, mais desenvolvimento



Kliksberg, Bernardo

Brasília: UNESCO, CNI/SESI, 2008.

ISBN: 85-7652-046-x - 310 p.

PREÇO: R\$ 30,00 - PRICE: US\$ 17,00 - € 11,00

Resumo: A presente obra dedica-se ao compromisso de uma agenda de responsabilidades éticas, assumido por parte da sociedade e dos principais atores, a qual é a base do sucesso de sociedades como a Noruega, Finlândia, Islândia, Canadá e outras.

O livro analisa o impacto dos valores éticos e do capital social sobre o desenvolvimento, traz a lume os grandes desafios éticos da América Latina, põe em evidência experiências concretas em que a ética alterou a realidade e propõe as bases de uma economia regulada pela ética, da mesma forma que nos países mais avançados do planeta.

Palavras-chave: ética; desenvolvimento sócio-econômico; filosofia política; América Latina